

Política de emprego e renda não beneficia mais pobres

Amadeo: seguro-desemprego não chega aos que precisam

Os mais pobres não estão sendo beneficiados pelas políticas de emprego e renda que são desenvolvidas pelo Governo. Essa foi a principal conclusão dos participantes do seminário "Soluções para a questão do emprego" do Fórum Nacional, realizado ontem na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Edward Amadeo, ex-ministro do Trabalho, hoje secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, disse que os R\$ 101 bilhões repassados pelo Governo na forma de seguro-desemprego, abonos, etc., quase não chegam aos desempregados que realmente precisam. "No caso do seguro-desemprego, por exemplo, apenas 12% dos que recebem entre os não-pobres estão realmente sem qualquer emprego", lembrou Amadeo.

Falando no encontro, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, propôs que cláusulas negociadas entre empregadores e empregados prevaleçam sobre a atual legislação trabalhista. "Vamos manter esta legislação, mas criar outra estabelecendo que o que for negociado prevalece", disse Dornelles.

Postos de trabalho

O ministro previu a criação de mais de 2 milhões de postos de trabalho nos setores formal e informal da economia brasileira este ano. Com isso, segundo ele, a taxa de desemprego deverá encerrar 2000 abaixo de 6,5%. "O País vai superar todas as metas e propostas do início do ano", afirmou.

Após a palestra, o ministro não quis responder às perguntas de jornalistas sobre como e quando isso será feito. Frisou, no entanto, que qualquer solução "depende de um consenso entre as partes envolvidas".

O chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, afirmou que a chamada crise do desemprego é metropolitana e não atingiu os mais pobres. Segundo Neri, a pobreza não au-



Dornelles: País vai superar metas

mentou no período de 96 a 99, apesar de o desemprego ter crescido e a renda ter diminuído neste período. Nas regiões mais pobres do País, como o Nordeste, lembrou o economista da FGV, a taxa de desemprego é menor e a informalidade é maior.

"Quem fica desempregado é quem pode se dar ao luxo disso. O pobre, que não pode se dar a esse luxo, cai na informalidade", disse Neri. Para ele, o debate tem se voltado desproporcionalmente para a questão do desemprego. Ele lembra que 55% dos brasileiros são de famílias com um chefe trabalhando por conta própria (34,43%) ou com emprego informal (20,48%).

Outro especialista em renda e trabalho, o economista Ricardo Paes e Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), disse que o impacto

de um aumento no salário mínimo não seria muito grande para reduzir a pobreza no País. De acordo com dados de um estudo recente de Paes e Barros, se o salário mínimo aumentasse em 15%, a pobreza seria reduzida em apenas 1%.

O pesquisador do Ipea sugeriu aumentar a descentralização na execução das políticas públicas. Uma delas é passar para as empresas a lista de trabalhadores cadastrados à procura de emprego. Após este cadastro, haveria divisão entre os trabalhadores por adequação ao tipo de trabalho. Outra sugestão foi selecionar os cursos dos programas e qualificação a partir de pedidos do próprio desempregado.

Recuperação da renda

Para o ministro Dornelles, a taxa de desemprego – hoje acima de 7% – poderá encerrar o ano abaixo de 6,5%. O ministro acredita que a renda, que vem caindo apesar do aumento da ocupação, também tende a se recuperar este ano, graças aos prognósticos de que a economia deverá crescer 4%.

O convidado internacional do seminário de ontem foi o diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Eddy Lee, que veio especialmente para o debate e hoje embarca para a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Praga. Lee frisou que a exigência de qualificação tende a ser cada vez maior para encontrar-se emprego e manter-se no mercado de trabalho.

Lee acrescentou que as previsões de que alta tecnologia iria acabar com o emprego falharam, entre outros motivos, porque não consideraram a absorção de mão-de-obra por pequena empresa e por novas áreas na economia, como as indústrias de alta tecnologia, além do próprio crescimento da economia. Lee citou uma nova previsão internacional de que, até 2008, o crescimento das indústrias de alta tecnologia seja de mais de 10% ao ano, "consideravelmente maior" que o crescimento da economia em geral.

BNDES ajuda a criar empregos

O presidente do BNDES, Francisco Gros, disse que, de janeiro a agosto, os financiamentos do banco geraram 1,5 milhão de empregos. Durante todo o ano passado, o número de empregos criado e mantido chegou a 2,8 milhões. Gros falou sobre a importância da geração de empregos para o BNDES, especialmente no caso de micro, pequenas e médias empresas.

Gros disse que durante este ano foram investidos R\$ 2 bilhões em financiamentos para pequenas e médias empresas, envolvendo 66 mil operações. Ele garantiu que o BNDES só entrará em processo de reestruturação, desde que as empresas envolvi-

das comprometam-se a criar programas que beneficiem os funcionários que venham a perder o emprego.

O ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso – organizador do Fórum – lembrou que esse cenário de criação de empregos depende sobretudo "do crescimento sustentável". O pesquisador José Pastore, da Universidade de São Paulo, alertou que começa a faltar mão-de-obra qualificada para sustentar o crescimento da economia. Pastore afirmou que, em recente pesquisa, 50% das grandes empresas disseram já encontrar dificuldades para contratar mão-de-obra qualificada e 60% das médias empresas também.